

MOBILIZE

FINANCIAL SERVICES

Demonstrações Financeiras

**Preparadas de Acordo com as
Práticas Contábeis Adotadas no Brasil Aplicáveis
às Instituições Autorizadas a Funcionar pelo Banco
Central do Brasil**

Banco RCI Brasil S.A.

31 de dezembro de 2023

Índice das Demonstrações Financeiras

	Página
Relatório da Administração	2
Relatório dos Auditores Independentes	4
Demonstrações Financeiras	
Balanços Patrimoniais	6
Demonstrações dos Resultados	8
Demonstrações dos Resultados Abrangentes	9
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido	10
Demonstrações dos Fluxos de Caixa	11
Demonstrações do Valor Adicionado	12
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras	13
Relação dos Administradores	35
Declarações:	
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	36
Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes	37

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Senhores Acionistas:

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas., o Relatório da Administração às Demonstrações Financeiras do Banco RCI Brasil S.A. (Banco RCI Brasil ou Companhia), relativas ao período findo em 31 de dezembro de 2023, acompanhadas das notas explicativas e do relatório dos auditores independentes.

Mercado de Atuação

O Banco RCI Brasil, instituição financeira integrante do Grupo RCI Banque e do Conglomerado Santander, tem por objeto principal a prática de operações de investimento, arrendamento mercantil e crédito, financiamento e investimento, regulamentados pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e Banco Central do Brasil (Bacen), sendo suas operações voltadas, principalmente, para o financiamento e/ou arrendamento de veículos das marcas Renault e Nissan.

Evento Societário

Estatutariamente, estão assegurados aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido ajustado de cada exercício. Em virtude da Resolução CMN nº 4.885 de 23 de dezembro de 2020, na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 15 de maio de 2023, os acionistas deliberaram o pagamento de juros sobre capital próprio e dividendos no montante equivalente a 30% do lucro líquido ajustado nos termos da legislação vigente, sendo:

- Dividendos intercalares, à conta do resultado apurado no período pela Companhia, deliberados em maio de 2023, no valor total de R\$ 10.555 (dez milhões de reais), os quais foram pagos em maio de 2023.
- Dividendos intermediários, distribuída a totalidade do lucro líquido remanescente, deliberados em maio de 2023, no valor total de R\$ 107.556 (cento e sete milhões de reais), os quais foram pagos em maio de 2023.
- Juros sobre o Capital Próprio no valor bruto a ser pago será de R\$91.200 (noventa e um milhões de reais), será efetuada a retenção do imposto de renda na fonte, à alíquota de 15% (quinze por cento), de forma que o valor líquido total a ser pago será de R\$ 77.520 (setenta e sete milhões reais) a se realizar em 2024.

As ações preferenciais não têm direito a voto, mas conferem todos os demais direitos e vantagens concedidos às ações ordinárias, além da prioridade na distribuição dos dividendos e adicional de 10% sobre os dividendos pagos às ações ordinárias e no reembolso do capital, sem prêmio, em caso de dissolução da Companhia.

Patrimônio Líquido e Resultados

O patrimônio líquido atingiu R\$1.274 milhões em 31 de dezembro de 2023, apresentando redução de 10,7% em relação a R\$1.426 milhões em 31 de dezembro de 2022. O lucro líquido apresentado no período findo em 31 de dezembro de 2023 foi de R\$166 milhões (31/12/22 - R\$211 milhões).

Ativos e Passivos

Em 31 de dezembro de 2023, os ativos totais atingiram R\$11.446 milhões (31/12/2022 – R\$10.988 milhões) e estão representados, principalmente, pelas operações de crédito e de arrendamento mercantil no montante líquido de R\$ 8.322 milhões (31/12/2022 – R\$8.557 milhões).

Em 31 de dezembro de 2023, as captações de recursos do Banco RCI Brasil estão representadas, principalmente, por depósitos interfinanceiros no montante de R\$2.912 milhões (31/12/2022 – R\$3.083 milhões), recursos de aceites cambiais e emissão de títulos e letras financeiras em R\$6.650 milhões (31/12/2022 – R\$5.625 milhões).

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Conjuntura Econômica

O desempenho econômico teve como destaques os seguintes temas:

Avanço de propostas complementares para dar sustentação ao novo arcabouço fiscal recém aprovado.

A cotação da moeda brasileira frente ao dólar norte-americano flutuou entre R\$4,83/US\$ e R\$5,19/US\$ no quarto trimestre e encerrou o período cotada a R\$4,84/US\$, patamar inferior à cotação de R\$5,01/US\$ verificada no encerramento do 3T23. A valorização do real decorreu, na visão do Banco RCI Brasil, da aprovação de medidas complementares ao novo arcabouço fiscal, reduzindo incertezas quanto à trajetória da dívida pública no curto prazo, associada à consolidação da percepção de que a manutenção das condições monetárias globais em campo restritivo poderá ser mais breve que o imaginado anteriormente. A despeito destes desdobramentos, seguimos julgando haver riscos no âmbito fiscal doméstico e avaliando que o processo de redução de juros internacionais acontecerá mais tardiamente do que apreçado nos mercados. Assim, projetamos que a taxa de câmbio atingirá R\$5,25/US\$ ao final de 2024.

Desaceleração mais tênue do crescimento econômico no 4T23 derivada de resiliência no mercado de trabalho

A mediana das projeções de agentes econômicos quanto ao desempenho da economia brasileira indicou crescimento do PIB brasileiro de 2,9% em 2023 – praticamente o mesmo ritmo de expansão observado no ano anterior (3,0%), com expectativa de manutenção da variação positiva do PIB decorrente da manutenção dos estímulos fiscais que foram implementados ao longo de 2022, parcialmente estendidos no início de 2023. O início mais promissor do ano e a continuidade de condições favoráveis no mercado de trabalho levou o Banco RCI Brasil a revisar a projeção de expansão do PIB brasileiro de 2,5% para 2,8% em 2023, a despeito da percepção de que a economia se encontra em ritmo de desaceleração na esteira dos efeitos contracionistas advindos do ciclo de elevação da taxa de juros iniciado em 2021 e encerrado em agosto de 2022.

Melhora marginal na dinâmica inflacionária, principalmente nos serviços, reforçando a continuidade do ciclo de cortes de juros ao longo de 2024.

Recuo para 4,6% da variação interanual do IPCA, frente ao patamar de 5,2% observado ao final de setembro de 2023 em função de melhora na dinâmica de reajuste dos preços dos produtos industriais e alimentícios, bem como na inflação de serviços. Embora o resultado tenha sido superior à meta de inflação estipulada no regime monetário, a variação voltou a ficar dentro do intervalo de tolerância pela primeira vez desde 2020, possibilitando ao Banco Central do Brasil manter o processo de distensão monetária, tendo reduzido a taxa básica de juros em 1,0 ponto percentual nas reuniões do Copom do quarto trimestre, trazendo a Selic para 11,75% a.a. Como o Banco RCI Brasil avalia que esta dinâmica inflacionária permanecerá favorável, o banco projeta que a taxa Selic atingirá 9,50% a.a. ao longo de 2024.

Auditoria Independente

A política de atuação do Banco RCI Brasil na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa de seus auditores independentes, se fundamenta nas normas brasileiras e internacionais de auditoria, que preservam a independência do auditor. Essa fundamentação prevê o seguinte: (i) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, (ii) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente, (iii) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente e (iv) necessidade de aprovação de quaisquer serviços pelo Comitê de Auditoria do Banco Santander, do qual o Banco RCI Brasil passou a integrar em 26 de dezembro de 2017.

Em atendimento à Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 162/2022, o Banco RCI Brasil informa que no período findo em 31 de dezembro de 2023, não foram prestados pela KPMG Auditores Independentes LTDA e outras firmas-membro outros serviços profissionais de qualquer natureza, que não enquadrados como serviços de auditoria independente das Demonstrações Financeiras.

As informações relacionadas aos honorários da empresa de auditoria são disponibilizadas anualmente em nosso Formulário de Referência.

Agradecimentos

A Administração do Banco RCI Brasil agradece aos clientes e acionistas pela confiança depositada.

Curitiba, 27 de fevereiro de 2024.

O Conselho de Administração
A Diretoria



KPMG Auditores
Independentes Ltda. The
Five East Batel
Rua Nunes Machado, nº 68 - Batel
Caixa Postal 13533 - CEP: 80250-000 -
Curitiba/PR - Brasil Telefone +55 (41) 3304-2500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais

Ao
Conselho de Administração e aos
Acionistas do Banco RCI Brasil S.A.
Curitiba - PR

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais do Banco RCI Brasil S.A. (“Banco”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco RCI Brasil S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen).

Base para Opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais”. Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



Principal assunto de auditoria

Principal assunto de auditoria é aquele que, em nosso julgamento profissional, foi o mais significativo em nossa auditoria do semestre e exercício correntes. Esse assunto foi tratado no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esse assunto.

Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

Conforme mencionado nas notas explicativas nº 3.i e 8, para fins de mensuração da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, o Banco classifica suas operações (que compreendem as operações de crédito e de arrendamento mercantil), em nove níveis de risco.

A determinação da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito leva em consideração a avaliação de diversas premissas (internas e externas) para determinação do rating, incluindo inadimplência dos clientes e garantia das operações, cenário econômico, setor de atividade econômica e demais fatores definidos na Resolução do Conselho Monetário Nacional - CMN 2.682/99, sendo “AA” o risco mínimo e “H” o risco máximo. A classificação das operações de crédito em níveis de risco, bem como os percentuais de perda, envolvem premissas e julgamento baseados em suas metodologias internas de classificação de risco e a provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito registrada representa a melhor estimativa do Banco. Devido à relevância das operações de crédito e às incertezas inerentes à determinação da estimativa da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, e também devido à complexidade dos métodos e premissas utilizados e ao julgamento envolvido na sua determinação, consideramos esse assunto como significativo para a auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos incluíram, mas não se limitaram a:

- Teste do desenho e efetividade operacional dos controles internos relevantes, manuais e automatizados, implementados pelo Banco relacionados aos processos de apuração e reconhecimento da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, contemplando substancialmente os seguintes processos: aprovação e registro das operações de crédito e de arrendamento mercantil, classificação e atualização dos ratings dos clientes e operações que são base para a apuração da provisão.
- Recálculo aritmético e avaliação sobre o atendimento aos requisitos estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99 relacionados a apuração da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito; e
- Avaliação das divulgações efetuadas nas demonstrações contábeis individuais, descritas nas notas explicativas nº 3.i e 8., considerando as informações relevantes das normas aplicáveis.



Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitável a mensuração da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito e as respectivas divulgações efetuadas no contexto das demonstrações financeiras individuais tomadas em conjunto, referente ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2023.

Outros assuntos – Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações do valor adicionado (DVA) referente ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2023 elaboradas sob a responsabilidade da administração do Banco, e apresentadas como informação suplementar em relação às práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras individuais do Banco. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras individuais e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado.

Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente preparadas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e o relatório do auditor

A Administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras individuais ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras individuais livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.



Na elaboração das demonstrações financeiras individuais, a administração é responsável pela avaliação da capacidade do Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a continuidade da entidade e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras individuais a não ser que a Administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras individuais.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectarão as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.



- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possa causar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe uma incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive eventuais as deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar consideravelmente nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras individuais do semestre e exercício correntes, e que, dessa maneira constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública de um assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deveria ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação poderiam, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Curitiba, 27 de fevereiro de 2024

KPMG Auditores
Independentes Ltda CRC
PR-007945/F-7

Rodrigo de Mattos Lia
Contador CRC 1SP-252418/O-3

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Balanco Patrimonial

	Notas Explicativas	31/12/2023	31/12/2022
Ativo Circulante		7.043.734	5.167.407
Disponibilidades	4	8.541	28.426
Instrumentos Financeiros		7.036.126	5.150.676
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	4	54.024	127.084
Títulos e Valores Mobiliários	5.a	2.318.174	189.339
Instrumentos Financeiros Derivativos		94.672	124.201
Operações de Crédito	8.b	4.254.655	4.404.017
Outros Ativos Financeiros	6	314.601	306.035
Operações de Arrendamento Mercantil	8.c	8.928	46.879
Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	8.f	(91.197)	(104.770)
Outros Ativos	10	48.424	44.056
Ativos Fiscais Correntes	9.a	32.912	2.140
Ativo não Circulante		4.402.122	5.821.061
Instrumentos Financeiros		4.061.738	5.390.737
Títulos e Valores Mobiliários	5.a	-	1.219.149
Instrumentos Financeiros Derivativos		3.081	76.603
Operações de Crédito	8.b	4.058.657	4.094.985
Operações de Arrendamento Mercantil	8.c	237	10.754
Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	8.f	(132.552)	(174.550)
Outros Ativos	10	123.955	238.498
Ativos Fiscais Diferidos	9.b	342.090	349.972
Imobilizado de Uso	11	4.252	2.386
Imobilizado de Uso		7.226	5.543
Depreciações Acumuladas		(2.974)	(3.157)
Intangível	12	2.402	3.264
Ativos Intangíveis		9.898	9.898
Amortizações Acumuladas		(7.496)	(6.634)
Total do Ativo		11.445.856	10.988.468

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

	Notas Explicativas	31/12/2023	31/12/2022
Passivo Circulante		4.118.089	3.817.483
Depósitos e Demais Instrumentos Financeiros		3.666.816	3.220.514
Depósitos	13.a	1.570.092	1.583.999
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	13.b	2.082.404	1.620.801
Instrumentos Financeiros Derivativos	5.b	8.822	10.629
Outros Passivos Financeiros		5.498	5.085
Outros Passivos	14	413.869	487.767
Passivos Fiscais Correntes	9.c	37.404	109.202
Passivo não Circulante		6.054.206	5.744.632
Depósitos e Demais Instrumentos Financeiros		5.974.395	5.508.804
Depósitos	13.a	1.341.543	1.498.746
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	13.b	4.567.840	4.003.769
Instrumentos Financeiros Derivativos	5.b	65.012	6.289
Outros Passivos	14	50.267	149.572
Passivos Fiscais Diferidos	9.c	29.544	86.256
Patrimônio Líquido	16	1.273.561	1.426.353
Capital Social		985.225	985.225
Reservas de Lucros		341.388	384.674
Ajustes de Avaliação Patrimonial		(53.052)	56.454
Total do Patrimônio Líquido		1.273.561	1.426.353
Total do Passivo		11.445.856	10.988.468

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Demonstrações dos Resultados

	Notas Explicativas	01/07 a 31/12/2023	01/01 a 31/12/2023	01/01 a 31/12/2022
Receitas da Intermediação Financeira		1.009.023	1.971.647	1.973.065
Operações de Crédito		701.574	1.353.999	1.262.827
Operações de Arrendamento Mercantil		84.019	177.398	230.780
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários		155.453	285.457	201.475
Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos		49.409	117.456	241.114
Resultado das Aplicações Compulsórias		18.568	37.337	36.869
Despesas da Intermediação Financeira		(749.864)	(1.494.983)	(1.427.829)
Operações de Captação no Mercado		(588.283)	(1.150.012)	(1.038.551)
Operações de Arrendamento Mercantil		(83.607)	(175.608)	(221.669)
Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito		(77.974)	(169.363)	(167.609)
Resultado Bruto da Intermediação Financeira		259.159	476.664	545.236
Outras Receitas (Despesas) Operacionais		(141.845)	(253.274)	(238.637)
Receitas de Prestação de Serviços		6.367	13.077	12.631
Rendas de Tarifas Bancárias	18	38.629	70.451	54.252
Despesas de Pessoal		(25.128)	(48.610)	(45.279)
Outras Despesas Administrativas	19	(96.974)	(180.331)	(186.984)
Despesas Tributárias		(19.059)	(50.689)	(37.661)
Outras Receitas Operacionais	20	56.600	137.944	128.406
Outras Despesas Operacionais	21	(102.280)	(195.116)	(164.002)
Resultado Operacional		117.314	223.390	306.599
Resultado não Operacional	22	(524)	(430)	1.563
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações		116.790	222.960	308.162
Imposto de Renda e Contribuição Social	9.d	(9.706)	(52.695)	(93.363)
Provisão para Imposto de Renda		4.169	(31.078)	(85.378)
Provisão para Contribuição Social		14.750	-	(43.052)
Ativo Fiscal Diferido		(28.625)	(21.617)	35.067
Participação dos Empregados no Lucro		(2.141)	(4.240)	(3.688)
Lucro Líquido		104.943	166.025	211.111

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Demonstrações dos Resultados Abrangentes

	01/07 a 31/12/2023	01/01 a 31/12/2023	01/01 a 31/12/2022
Lucro Líquido	104.943	166.025	211.111
Outros Resultados Abrangentes que serão reclassificados subsequentemente para lucros ou prejuízos quando condições específicas forem atendidas	(29.178)	(109.506)	(66.307)
Ativo Financeiros Disponíveis para Venda	(35)	(36)	(30)
Ajuste ao Valor de Mercado	(66)	(68)	(30)
Imposto de Renda	31	32	-
Hedges de fluxo de caixa	(29.143)	(109.470)	(66.277)
Ajuste ao Valor de Mercado	(55.573)	(208.743)	(177.618)
Imposto de Renda	26.430	99.273	111.341
Resultado Abrangente	75.765	56.519	144.804

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

	Reservas de Lucro			Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros (Prejuízos) Acumulados	Total
	Capital Social	Reserva Legal	Reserva Estatutária			
Saldos em 31 de dezembro de 2021	985.225	78.950	337.614	122.761	-	1.524.550
Ajustes de Avaliação Patrimonial - Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	-	-	-	(66.307)	-	(66.307)
Lucro Líquido (Prejuízo)	-	-	-	-	211.111	211.111
Destinações:						
Reserva Legal	-	10.556	-	-	(10.556)	-
Dividendos	-	-	(120.001)	-	(30.000)	(150.001)
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	-	(93.000)	(93.000)
Reserva para Reforço de Capital de Giro	-	-	77.555	-	(77.555)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	985.225	89.506	295.168	56.454	-	1.426.353
	Reservas de Lucro			Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros (Prejuízos) Acumulados	Total
	Capital Social	Reserva Legal	Reserva Estatutária			
Saldos em 31 de dezembro de 2022	985.225	89.506	295.168	56.454	-	1.426.353
Ajustes de Avaliação Patrimonial - Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	-	-	-	(109.506)	-	(109.506)
Lucro Líquido (Prejuízo)	-	-	-	-	166.025	166.025
Destinações:						
Reserva Legal	-	8.301	-	-	(8.301)	-
Dividendos	-	-	(118.111)	-	-	(118.111)
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	-	(91.200)	(91.200)
Reserva para Reforço de Capital de Giro	-	-	66.524	-	(66.524)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023	985.225	97.807	243.581	(53.052)	-	1.273.561
Saldos em 30 de junho de 2023	985.225	92.560	235.085	(23.874)	-	1.288.996
Ajustes de Avaliação Patrimonial - Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	-	-	-	(29.178)	-	(29.178)
Lucro Líquido (Prejuízo)	-	-	-	-	104.943	104.943
Destinações:						
Reserva Legal	-	5.247	-	-	(5.247)	-
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	-	(91.200)	(91.200)
Reserva para Reforço de Capital de Giro	-	-	8.496	-	(8.496)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023	985.225	97.807	243.581	(53.052)	-	1.273.561

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Demonstrações de Fluxo de Caixa

	Nota	01/07 a 31/12/2023	01/01 a 31/12/2023	01/01 a 31/12/2022
Atividades Operacionais				
Lucro Líquido		104.943	166.025	211.111
Ajustes ao Lucro Líquido		100.206	190.370	137.441
Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	8.f	77.974	169.363	167.609
Ativos e Passivos Fiscais Diferidos	9.d	28.667	21.617	(35.067)
Depreciações e Amortizações		677	1.318	1.283
Provisão de Processos Judiciais e Administrativos e Obrigações Legais	15.c	(5.211)	10.222	21.564
Atualização de Depósitos Judiciais	20	(1.781)	(9.646)	(11.203)
Atualização de Impostos a Compensar	20	(120)	(2.504)	(6.745)
Variações em Ativos e Passivos		(1.065.146)	(1.141.581)	(910.357)
Redução (aumento) em Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos		(323.199)	(859.225)	(817.771)
Redução (aumento) em Operações de Crédito e Operações de Arrendamento Mercantil		(352.436)	9.224	378.759
Redução (aumento) em Depósitos		(684.222)	(171.110)	(290.849)
Redução (aumento) em Outros Créditos		54.350	19.488	23.151
Redução (aumento) em Outras Obrigações		(47.881)	(17.827)	(59.350)
Impostos Pagos		(34.974)	(122.131)	(144.297)
Caixa Líquido Originado (Aplicado) em Atividades Operacionais		(772.840)	(785.186)	(561.805)
Atividades de Investimento				
Aquisição de Imobilizado de uso		(2.253)	(2.322)	157
Aplicações no Intangível		-	-	(155)
Caixa Líquido (Aplicado) em Atividades de Investimento		(2.253)	(2.322)	2
Atividades de Financiamento				
Emissão de Obrigações de Longo Prazo		1.562.435	2.274.369	2.302.317
Pagamentos de Obrigações de Longo Prazo		(552.952)	(1.248.694)	(1.587.054)
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Pagos	16.b	-	(331.112)	(30.000)
Caixa Líquido Originado em Atividades de Financiamento		599.110	694.563	685.263
Aumento Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa		(175.983)	(92.945)	123.460
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período	4	238.548	155.510	32.050
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Período	4	62.565	62.565	155.510

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Demonstrações do Valor Adicionado

	Nota	01/07 a 31/12/2023	01/01 a 31/12/2023	01/01 a 31/12/2022			
Receitas da Intermediação Financeira		1.009.023	1.971.647	1.973.065			
Receitas de Prestação de Serviços e Rendas de Tarifas Bancárias		44.999	83.533	66.884			
Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	8.f	(77.974)	(169.363)	(167.609)			
Outras Receitas (Despesas)		(46.210)	(57.610)	(34.035)			
Despesas da Intermediação Financeira		(671.890)	(1.325.619)	(1.260.220)			
Insumos de Terceiros		(95.902)	(178.161)	(184.546)			
Serviços de Terceiros		(37.984)	(58.227)	(56.520)			
Outros		(57.918)	(119.934)	(128.026)			
Valor Adicionado Bruto		162.046	324.427	393.539			
Retenções:							
Depreciações e Amortizações		(677)	(1.318)	(1.211)			
Valor Adicionado Bruto a Distribuir		161.369	323.109	392.328			
Distribuição do Valor Adicionado							
Pessoal		23.656	15%	45.844	14%	42.743	11%
Remuneração		17.352		33.753		31.482	
Benefícios		3.969		7.758		7.020	
FGTS		1.230		2.451		2.277	
Outras		1.105		1.882		1.964	
Impostos, Taxas e Contribuições		32.375	20%	110.387	35%	137.657	35%
Federais		30.007		106.952		133.528	
Municipais		2.368		3.435		4.129	
Remuneração de Capitais de Terceiros - Aluguéis		395	0%	853	0%	817	0%
Remuneração de Capitais Próprios		104.943	65%	166.025	51%	211.111	54%
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio		91.200		91.200		123.000	
Reinvestimentos de Lucros		13.743		74.825		88.111	
Total		161.369	100%	323.109	100%	392.328	100%

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

1. Contexto Operacional

O Banco RCI Brasil S.A. (Banco RCI Brasil ou Companhia), instituição financeira integrante do Grupo RCI Banque e do Conglomerado Santander, constituída na forma de sociedade anônima, domiciliada na Rua Pasteur, 463 - 1º andar - Conjunto 101 - Batel - Curitiba - PR, tem por objeto principal, a prática de operações de investimento, arrendamento mercantil e crédito, financiamento e investimento, regulamentada pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e Banco Central do Brasil (Bacen), sendo suas operações atualmente voltadas, principalmente, para o financiamento e arrendamento de veículos das marcas Renault e Nissan, e conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro.

2. Apresentação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras do Banco RCI Brasil, foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto às normas do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (BACEN) e modelo do documento previsto no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF), da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), no que não conflitam com as normas emitidas pelo BACEN e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

A Resolução CMN nº 4.966/2021, estabelece os conceitos e critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge), harmonizando os critérios contábeis do COSIF para os requerimentos da norma internacional IFRS 9 a partir de 1º de janeiro de 2025. Dentre as principais mudanças está a classificação de instrumentos financeiros, reconhecimento de juros em caso de atraso, cálculo da taxa efetiva contratual, baixa a prejuízo e reconhecimento da provisão e classificação das operações com problemas de crédito.

A Lei nº 14.467/2022 alterou o tratamento tributário aplicável às perdas incorridas no recebimento de créditos decorrentes das atividades das Instituições financeiras e demais autorizadas a funcionar pelo BACEN. A principal alteração está na dedução das perdas incorridas na determinação do Lucro Real e da base de cálculo da CSLL. Esta lei entrará em vigor a partir de 1º de janeiro de 2025.

A adoção da Resolução CMN nº 4.966/2021, da Lei nº 14.467/2022 e de outros normativos que são correlacionados, inclusive a reformulação do elenco de contas do COSIF, estão contidas no Plano de Implementação do Banco RCI Brasil. O Plano de Implementação dos referidos normativos no Banco RCI Brasil está segregado em três pilares: (i) Organização e Governança: Fóruns e Comitês compostos por diversos níveis hierárquicos dedicados a definição e acompanhamento da implementação; (ii) Processos e Sistemas: Mapeamento dos impactos e implementação das mudanças nos processos e sistemas; e (iii) Modelos e Critérios: Revisão e atualização dos modelos e critérios utilizados nas estimativas contábeis.

O cronograma do Plano de Implementação está sendo faseado ao longo do período de 2023 até o final do exercício de 2024, sendo que ainda depende de normas acessórias a serem emitidas pelo BACEN para implementação total. Os impactos nas Demonstrações Financeiras serão divulgados de forma oportuna após a definição completa do arcabouço regulatório.

A Resolução CMN nº 4.975/2021, estabelece a observância ao Pronunciamento Técnico do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) 06 (R2) – Arrendamentos, no reconhecimento, na mensuração, na apresentação e na divulgação de operações de arrendamento mercantil a partir de 1º de janeiro de 2025. O Banco RCI Brasil está avaliando os impactos e alterações necessárias para atendimento desta norma.

A preparação das demonstrações financeiras requer a adoção de estimativas por parte da Administração, impactando certos ativos e passivos, divulgações sobre provisões e passivos contingentes e receitas e despesas nos períodos demonstrados. Uma vez que o julgamento da Administração envolve estimativas referentes à probabilidade de ocorrência de eventos futuros, os montantes reais podem diferir dessas estimativas, sendo as principais, provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, realização de ativos fiscais diferidos, provisão para processos judiciais, cíveis, fiscais e trabalhistas, plano de pensão e o valor justo dos ativos financeiros.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

O Conselho de Administração autorizou a emissão das demonstrações financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2023, na reunião realizada em 27 de fevereiro de 2024.

3. Principais Práticas Contábeis

a) Moeda Funcional e Moeda de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão apresentadas em Reais, moeda funcional e de apresentação do Banco RCI Brasil.

b) Apuração do Resultado

O regime contábil de apuração do resultado é o de competência e considera os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais, calculados a índices ou taxas oficiais, "pro rata" dia, incidentes sobre ativos e passivos atualizados até a data do balanço.

c) Ativos e Passivos Circulantes e a Longo Prazo

São demonstrados pelos valores de realização e/ou exigibilidade, incluindo os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais auferidos e/ou incorridos até a data do balanço, calculados "pro rata" dia e, quando aplicável, o efeito dos ajustes para reduzir o custo de ativos ao seu valor de mercado ou de realização.

Os saldos realizáveis e exigíveis em até 12 meses são classificados no ativo e passivo circulantes, respectivamente.

d) Caixa e Equivalentes de Caixa

Para fins da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e equivalentes de caixa correspondem aos saldos de disponibilidades e aplicações interfinanceiras de liquidez com conversibilidade imediata e com prazo original igual ou inferior a noventa dias.

e) Créditos Remunerados Vinculados ao Bacen

São demonstrados pelos valores de realização e/ou exigibilidade, incluindo os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais auferidos e/ou incorridos até a data do balanço, calculados "pro rata" dia.

f) Títulos e Valores Mobiliários

A carteira de títulos e valores mobiliários está demonstrada pelos seguintes critérios de registro e avaliação contábeis:

I - Títulos para negociação;

II - Títulos disponíveis para venda; e

III - Títulos mantidos até o vencimento.

Na categoria títulos para negociação estão registrados os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados e na categoria títulos mantidos até o vencimento, aqueles para os quais existe intenção e capacidade financeira do Banco de mantê-los em carteira até o vencimento. Na categoria títulos disponíveis para venda, estão registrados os títulos e valores mobiliários que não se enquadram nas categorias I e III. Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias I e II estão demonstrados pelo valor de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, calculados "pro rata" dia, ajustados ao valor de mercado, computando-se a valorização ou a desvalorização decorrente de tal ajuste em contrapartida:

(1) da adequada conta de receita ou despesa, líquida dos efeitos tributários, no resultado do período, quando relativa a títulos e valores mobiliários classificados na categoria títulos para negociação; e

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

(2) da conta destacada do patrimônio líquido, líquida dos efeitos tributários, quando relativa a títulos e valores mobiliários classificados na categoria títulos disponíveis para venda. Os ajustes ao valor de mercado realizados na venda desses títulos são transferidos para o resultado do período.

Os títulos e valores mobiliários classificados na categoria mantidos até o vencimento estão demonstrados pelo valor de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, calculados "pro rata" dia.

As perdas de caráter permanente no valor de realização dos títulos e valores mobiliários classificados nas categorias títulos disponíveis para venda e títulos mantidos até o vencimento são reconhecidos no resultado do período.

g) Instrumentos Financeiros Derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos são classificados de acordo com a intenção da Administração em utilizá-los como instrumento destinados a "hedge" ou não. As operações efetuadas por solicitação de clientes, por conta própria, ou que não atendam aos critérios de "hedge" contábil, principalmente derivativos utilizados na administração da exposição global de risco, são contabilizadas pelo valor de mercado, com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, reconhecidos no resultado do período.

Os instrumentos financeiros derivativos designados como parte de uma estrutura de proteção contra riscos ("hedge") podem ser classificados como:

I - "Hedge" de risco de mercado; e

II - "Hedge" de fluxo de caixa.

Os instrumentos financeiros derivativos destinados a "hedge" e os respectivos objetos de "hedge" são ajustados ao valor de mercado, observado o seguinte:

(1) para aqueles classificados na categoria I, a valorização ou a desvalorização é registrada em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa, líquida dos efeitos tributários, no período; e

(2) para aqueles classificados na categoria II, a valorização ou desvalorização é registrada em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, líquida dos efeitos tributários.

Alguns instrumentos financeiros híbridos são compostos por um instrumento financeiro derivativo e um ativo ou passivo não derivativo. Nestes casos, o instrumento financeiro derivativo representa um derivativo embutido. Os derivativos embutidos são registrados separadamente em relação ao contrato a que estejam vinculados.

h) Requisitos Mínimos no Processo de Apreçamento de Instrumentos Financeiros (Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos)

A Resolução CMN nº 4.277 de 31 de outubro de 2013 (que entrou em vigor em 30 de junho de 2015) dispõe sobre requisitos mínimos a serem observados no processo de apreçamento de instrumentos financeiros avaliados pelo valor de mercado e quanto à adoção de ajustes prudenciais por instituições financeiras. Os instrumentos financeiros de que trata a Resolução incluem:

a) Títulos e valores mobiliários classificados nas categorias "títulos para negociação" e "títulos disponíveis para venda", conforme a Circular Bacen 3.068, de 8 de novembro de 2001;

b) Instrumentos financeiros derivativos, conforme a Circular Bacen nº 3.082, de 30 de janeiro de 2002; e

c) Demais instrumentos financeiros avaliados pelo valor de mercado, independentemente da sua classificação na carteira de negociação, estabelecida na Resolução CMN nº 3.464, de 26 de junho de 2007.

De acordo com esta Resolução, o Banco RCI Brasil passou a estabelecer procedimentos para a avaliação da necessidade de ajustes no valor dos instrumentos financeiros citados acima, observando os critérios de prudência, relevância e

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

confiabilidade. Esta avaliação inclui, entre outros fatores, o spread de risco de crédito no registro do valor a mercado destes instrumentos.

Os instrumentos financeiros são inicialmente reconhecidos ao valor justo e os que não são mensurados ao valor justo no resultado são ajustados pelos custos de transação. Os ativos e passivos financeiros são posteriormente mensurados, no fim de cada período, mediante o uso de técnicas de avaliação. Esse cálculo é baseado em premissas, que levam em consideração o julgamento da Administração com base em informações e condições de mercado existentes na data do balanço.

i) Carteira de Crédito, Arrendamento e Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito

A carteira de crédito inclui as operações de crédito, operações de arrendamento mercantil, adiantamentos sobre contratos de câmbio e outros créditos com características de concessão de crédito. É demonstrada pelo seu valor presente, considerando os indexadores, taxa de juros e encargos pactuados, calculados pro rata dia até a data do balanço. Para operações vencidas a partir de 60 dias, o reconhecimento em receitas só ocorrerá quando do seu efetivo recebimento.

Normalmente, o Banco RCI Brasil efetua a baixa de créditos para prejuízo quando estes apresentam atraso superior a 360 dias. No caso de operações de crédito de longo prazo (acima de 3 anos) são baixadas quando completam 540 dias de atraso. A operação de crédito baixada para prejuízo é registrada em conta de compensação pelo prazo mínimo de 5 anos e enquanto não esgotados todos os procedimentos para cobrança.

As cessões de crédito sem retenção de riscos resultam na baixa dos ativos financeiros objeto da operação, que passam a ser mantidos em conta de compensação. O resultado da cessão é reconhecido integralmente, quando de sua realização.

Conforme determinado pela Resolução CMN nº 3.533/2008, todas as cessões de crédito com retenção substancial de riscos passam a ter seus resultados reconhecidos pelos prazos remanescentes das operações, e os ativos financeiros objetos da cessão permanecem registrados como operações de crédito e o valor recebido como obrigações por operações de venda ou de transferência de ativos financeiros.

As provisões para operações de crédito são fundamentadas nas análises das operações de crédito em aberto (vencidas e vincendas), na experiência passada, expectativas futuras e riscos específicos das carteiras e na política de avaliação de risco da Administração na constituição das provisões, conforme estabelecido pela Resolução CMN nº 2.682/1999.

A Resolução CMN nº 4.855/2020, que entrou em vigor em 1º de janeiro de 2021, determina que, para os critérios de provisão de operações realizadas no âmbito dos programas instituídos com o propósito de enfrentamento dos efeitos da pandemia da COVID19 na economia, nas quais haja compartilhamento de recursos ou de riscos entre a União e as instituições participantes ou garantia prestada pela União, os percentuais definidos na Resolução CMN nº 2.682/1999, devem ser aplicados somente sobre a parcela do valor contábil da operação, cujo risco de crédito é detido pela instituição. Nos casos de transferência para prejuízo, o montante levado para contas de compensação deve ser de 100% do saldo da operação.

I.1) Reestruturação de Crédito

A Resolução CMN nº 4.803/2020, posteriormente alterada pela Resolução CMN nº 4.855/2020 mencionada acima, permitiu às Instituições Financeiras reclassificar para o nível em que estavam classificadas em 29 de fevereiro de 2020, as operações renegociadas entre 1º de março a 31 de dezembro de 2020, não incluindo aquelas operações com atraso igual ou superior a quinze dias em 29 de fevereiro de 2020 e que apresentem evidências de incapacidade de honrar a obrigação nas novas condições pactuadas.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

j) Despesas Antecipadas

São contabilizadas as aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em períodos seguintes e são apropriadas ao resultado, de acordo com a vigência dos respectivos contratos de operações de crédito e arrendamento mercantil.

j.1) Comissões Pagas a Correspondentes Bancários

Considerando-se o contido na Resolução 4.294 e Circular Bacen 3.693 de dezembro de 2013, a partir de janeiro de 2015 as comissões pagas aos agentes intermediários em decorrência da originação de novas operações de crédito ficaram limitadas aos percentuais máximos de (i) 6% do valor da nova operação originada e (ii) 3% do valor da operação objeto de portabilidade.

As referidas comissões devem ser integralmente reconhecidas como despesa quando incorridas.

k) Permanente

Demonstrado pelo valor do custo de aquisição, está sujeito à avaliação do valor recuperável em períodos anuais ou em maior frequência se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de perda dos seus valores e sua avaliação considera os seguintes aspectos:

k.1) Imobilizado de Uso

A depreciação do imobilizado é feita pelo método linear, com base nas seguintes taxas anuais: edificações - 4%, instalações, móveis, equipamentos de uso e sistemas de segurança e comunicações - 10%, sistemas de processamento de dados e veículos - 20% e benfeitorias em imóveis de terceiros - 10% ou até o vencimento do contrato de locação.

k.2) Intangível

Os gastos classificados no ativo intangível são amortizados pelo prazo máximo de 5 anos quando se referem à aquisição e desenvolvimento de logiciais.

l) Captações, Emissões e Outros Passivos

Os instrumentos de captação de recursos são reconhecidos inicialmente ao seu valor justo, considerado basicamente como sendo o preço de transação. São posteriormente mensurados ao custo amortizado (competência) com as despesas inerentes reconhecidas como um custo financeiro (Nota 13).

m) Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes

O Banco RCI Brasil é parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, cível e trabalhista, decorrentes do curso normal de suas atividades.

As provisões incluem as obrigações legais, processos judiciais e administrativos relacionados a obrigações tributárias e previdenciárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, que independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas Demonstrações Financeiras Semestrais.

As provisões são reavaliadas em cada data de balanço para refletir a melhor estimativa corrente e podem ser total ou parcialmente revertidas ou reduzidas quando deixam de ser prováveis as saídas de recursos e obrigações pertinentes ao processo, incluindo a decadência dos prazos legais, o trânsito em julgado dos processos, dentre outros.

As provisões judiciais e administrativas são constituídas quando o risco de perda da ação judicial ou administrativa for avaliado como provável e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, com base na natureza, complexidade, e histórico das ações e na opinião dos assessores jurídicos internos e externos e nas melhores informações

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

disponíveis. Para as ações judiciais cujo o risco de perda é possível, as provisões não são constituídas e as informações são divulgadas nas notas explicativas (Nota 15.f) e para as ações judiciais cujo risco de perda é remota não é requerida a divulgação.

Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com êxito provável, quando existentes, são apenas divulgados nas Demonstrações Financeiras Semestrais.

n) Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins)

O PIS (0,65%) e a Cofins (4,00%) são calculados sobre determinadas receitas e despesas brutas. As instituições financeiras podem deduzir despesas financeiras na determinação da referida base de cálculo. As despesas de PIS e da Cofins são registradas em despesas tributárias.

o) Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)

O encargo do IRPJ é calculado à alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10%, aplicados sobre o lucro, após efetuados os ajustes determinados pela legislação fiscal. A CSLL é calculada pela alíquota de 15% para as instituições financeiras e pessoas jurídicas de seguros privados e as de capitalização e 9% para as demais empresas, incidente sobre o lucro, após considerados os ajustes determinados pela legislação fiscal. A alíquota da CSLL, para os bancos de qualquer espécie, foi elevada de 15% para 20% com vigência a partir de 1º de março de 2020, nos termos do artigo 32 da Emenda Constitucional 103, publicada em 13 de novembro de 2019.

Os créditos tributários e passivos diferidos são calculados, basicamente, sobre as diferenças temporárias entre o resultado contábil e o fiscal, sobre os prejuízos fiscais, base negativa da contribuição social e ajustes ao valor de mercado de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos. O reconhecimento dos créditos tributários e passivos diferidos é efetuado pelas alíquotas aplicáveis ao período em que se estima a realização do ativo e/ou a liquidação do passivo.

De acordo com o disposto na regulamentação vigente, os créditos tributários são registrados na medida em que se considera provável sua recuperação em base à geração de lucros tributáveis futuros. A expectativa de realização dos créditos tributários, conforme demonstrada na Nota 9, está baseada em projeções de resultados futuros e fundamentada em estudo técnico.

A alíquota da CSLL para os bancos de qualquer espécies, as instituições financeiras, pessoas jurídicas de seguros privados e as de capitalização (pessoas jurídicas do setor financeiro) foi majorada em 1% para o período-base compreendido entre 1 de agosto de 2022 e 31 de dezembro de 2022, nos termos da MP 1.115/2022.

p) Juros sobre o Capital Próprio

A Resolução delibera que os Juros sobre Capital Próprio devem ser reconhecidos a partir do momento que sejam declarados ou proposto e assim configurem obrigação presente na data do balanço e, em cumprindo esta determinação, esta remuneração de capital deve ser registrada em conta específica no Patrimônio Líquido.

q) Redução ao Valor Recuperável de Ativos

Os ativos financeiros e não financeiros são avaliados ao final de cada período, com o objetivo de identificar evidências de desvalorização em seu valor contábil. Se houver alguma indicação, a entidade deve estimar o valor recuperável do ativo e tal perda deve ser reconhecida imediatamente na demonstração do resultado. O valor recuperável de um ativo é definido como o maior montante entre o seu valor justo, líquido, de despesa de venda e o seu valor em uso.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

r) Estimativas Contábeis

As estimativas contábeis e premissas utilizadas pela Administração para a preparação das Demonstrações Financeiras Semestrais são revisadas pelo menos Trimestralmente, sendo apresentadas a seguir as principais estimativas que podem levar a ajustes significativos nos valores contábeis dos ativos e passivos no próximo período quando comparados com os montantes reais, tais como: ajuste a mercado dos títulos e instrumentos financeiros derivativos, valor residual do ativo imobilizado, provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, provisão para contingências e a realização dos ativos fiscais diferidos. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos de forma prospectiva.

s) Ativos não Financeiros Mantidos para Venda

A Resolução CMN nº 4.747, entre outros requisitos, estabelece que a depender da origem dos ativos não financeiros mantidos para venda, as instituições financeiras devem os classificar como:

a) próprios;

b) recebidos em liquidação de instrumento financeiro de difícil ou duvidosa como forma de pagamento de instrumentos financeiros de duvidosa solução não destinados ao uso próprio.

A Resolução CMN nº 4.748, estabelece que as instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem observar o Pronunciamento Técnico CPC 46 – Mensuração do Valor Justo na mensuração de elementos patrimoniais e de resultado, nas situações em que a mensuração pelo valor justo de tais elementos esteja prevista em regulamentação específica.

t) Ativos e Passivos Fiscais Correntes e Diferidos

A Resolução CMN nº 4.842, de 30 de julho de 2020 consolidou os critérios gerais para mensuração e reconhecimento de ativos e passivos fiscais, correntes e diferidos, pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e a Resolução BCB nº 15, de 17 de setembro de 2020 (revogou as Circulares Bacen nº 3.776/15 e nº 3.174/03), consolidou os procedimentos a serem observados pelas instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil na constituição ou baixa do ativo fiscal diferido e na divulgação de informações sobre ativos ou passivos fiscais diferidos em notas explicativas.

u) Resultados Recorrentes/Não Recorrentes

A Resolução BCB nº 2, de 27 de novembro de 2020, em seu artigo 34º, passou a determinar a divulgação de forma segregada dos resultados recorrentes e não recorrentes. Define-se então como resultado não recorrente do exercício aquele que: I - não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição; e II - não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. Observado esse regramento, a administração do Banco RCI Brasil considera que o lucro líquido do período findo de 31 de dezembro de 2023, no montante R\$166.025 (31/12/2022 - R\$211.111), foi obtido exclusivamente com base em resultados recorrentes.

4. Caixa e Equivalentes de Caixa

	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2021
Disponibilidade	8.541	28.426	5.050
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	54.024	127.084	27.000
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	54.024	127.084	27.000
Total	62.565	155.510	32.050

As informações relativas a 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 são demonstradas para informar a composição dos saldos iniciais do Caixa e Equivalentes de Caixa apresentados nas Demonstrações dos Fluxos de Caixa.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

5. Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos

a) Títulos e Valores Mobiliários

I) Resumo da Carteira por Categorias

	31/12/2023		31/12/2022	
	Valor do Custo Amortizado	Ajuste a Mercado no Patrimônio Líquido	Valor Contábil	Valor Contábil
Títulos Disponíveis para Venda	2.318.271	(97)	2.318.174	1.408.488
Títulos Públicos	238.400	(97)	238.303	189.339
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	238.400	(97)	238.303	189.339
Títulos Privados - Cotas de Fundos de Investimentos	2.079.871	-	2.079.871	1.219.149
Venda de Veículos Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC Venda de Veículos)	2.079.871	-	2.079.871	1.219.149
Total de Títulos e Valores Mobiliários	2.318.271	(97)	2.318.174	1.408.488
Total de Títulos e Valores Mobiliários e Derivativos - Ativo	2.318.271	(97)	2.318.174	1.408.488

As cotas de fundos de investimento em direitos creditórios contemplam os efeitos de harmonização com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen, referentes à avaliação da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito.

O Banco RCI Brasil S.A. investe em cotas do Venda de Veículos Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC Venda de Veículos), que tem por objeto a captação de recursos para aquisição de Direitos Creditórios detidos exclusivamente pelas montadoras Renault do Brasil S.A. e Nissan do Brasil Automóveis Ltda., relativos a vendas de Veículos Novos pelas suas respectivas redes de concessionárias. As cotas do FIDC Venda de Veículos têm classificação única, não havendo classe de subordinação entre elas.

II) Abertura por Vencimento

	31/12/2023		31/12/2022	
	Até 3 Meses	De 3 a 12 meses	Total	Total
Títulos Disponíveis para Venda	121.292	2.196.882	2.318.174	1.408.488
Títulos Públicos	121.292	117.011	238.303	189.339
LFT	121.292	117.011	238.303	189.339
Títulos Privados	-	2.079.871	2.079.871	1.219.149
FIDC Venda de Veículos ⁽¹⁾	-	2.079.871	2.079.871	1.219.149
Total	121.292	2.196.882	2.318.174	1.408.488

(1) Referem-se a Cotas de fundo de investimento em direitos creditórios.

Para a abertura por vencimento das LFT's e dos FIDC's foi utilizado o critério de vencimento dos títulos e o prazo de encerramento dos FIDC's, respectivamente.

O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários é apurado considerando a cotação média dos mercados organizados e o seu fluxo de caixa estimado, descontado a valor presente conforme as correspondentes curvas de juros aplicáveis, consideradas como representativas das condições de mercado por ocasião do encerramento do balanço. As cotas de fundo de investimento são atualizadas com base nas referências dos preços de mercado e suas perdas associadas ao risco de crédito atualizadas pelos critérios da Resolução 2.682 do Banco Central do Brasil.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

b) Instrumentos Financeiros Derivativos – Hedge de Fluxo de Caixa

O principal fator de risco dos instrumentos derivativos assumidos está relacionado a taxas de juros. Na administração deste e de outros fatores de risco de mercado, são utilizadas práticas que incluem a mensuração e o acompanhamento da utilização de limites previamente definidos em comitês internos, do valor em risco das carteiras, das sensibilidades a oscilações na taxa de juros, da exposição cambial, dentre outras práticas que permitem o controle e o acompanhamento dos riscos, que podem afetar as posições do Banco RCI Brasil nos diversos mercados onde atua. Com base neste modelo de gestão, o Banco RCI Brasil tem conseguido, com a utilização de operações envolvendo instrumentos derivativos, otimizar a relação risco-benefício mesmo em situações de maior volatilidade.

O valor justo para os instrumentos financeiros derivativos é determinado através de modelos e com uso em cotações. O valor justo dos swaps é determinado utilizando técnicas de modelagem de fluxo de caixa descontado, refletindo os fatores de risco adequados. O valor justo dos contratos a termo também é determinado com base em cotações de preços de mercado para derivativos negociados em bolsa ou utilizando metodologias similares aquelas descritas para swaps. Os preços atuais de mercado são usados para precificar as volatilidades. Para os derivativos que não têm preços diretamente divulgados por bolsas, o preço justo é obtido por meio de modelos de apreçamento que utilizam informações de mercado, inferidas a partir de preços divulgados de ativos de maior liquidez. Destes preços são extraídas as curvas de juros e as volatilidades de mercado que servem de dados de entrada para os modelos.

I) Resumo dos Instrumentos Financeiros Derivativos

	31/12/2023	31/12/2022
Ativo		
"Swap" Hedge de Fluxo de Caixa - Diferencial a Receber	97.753	200.804
Total	97.753	200.804
Passivo		
"Swap" Hedge de Fluxo de Caixa - Diferencial a Pagar	(73.834)	(16.918)
Total	(73.834)	(16.918)

No período findo em 31 de dezembro de 2023, foram reconhecidas receitas com instrumentos financeiros derivativos no montante de R\$117.456 (31/12/2022 - R\$241.114).

II) Estratégias de Hedge – Hedge de Fluxo de Caixa

A efetividade apurada para a carteira de hedge está em conformidade e foram efetivos no período conforme estabelecido na Circular Bacen 3.082/2002. As seguintes estruturas de hedge contábil foram estabelecidas:

- O Banco RCI Brasil possui operações de hedge cujos objetos são captações através de Letras Financeiras (LF), Letras de Câmbio (LC) e Certificados de Depósitos Interfinanceiros (CDI). As estratégias de hedge de fluxo de caixa do Banco RCI Brasil consistem em hedge de exposição à variação nos fluxos de caixa, em pagamentos de juros, que são atribuíveis as alterações nas taxas de juros relativas a ativos e passivos reconhecidos. As operações de hedge foram designadas entre fevereiro de 2021 a dezembro de 2023 e os vencimentos são entre fevereiro de 2024 e setembro de 2026.
- Em hedge de fluxo de caixa, a parcela efetiva da variação no valor do instrumento de hedge é reconhecida temporariamente no patrimônio líquido sob a rubrica de ajustes de avaliação patrimonial até que as transações previstas ocorram, quando então essa parcela é reconhecida na demonstração do resultado.

	31/12/2023			31/12/2022		
	Valor Referencial	Valor da Curva	Valor de Mercado	Valor Referencial	Valor da Curva	Valor de Mercado
"Swap" - Derivativos Utilizados como Instrumentos de "Hedge"						
Ativo	4.962.950	5.796.265	5.879.189	4.759.805	5.308.360	5.412.239
Certificado de Depósitos Interfinanceiros (CDI) - Taxa Referencial (DI)	4.962.950	5.796.265	5.879.189	4.759.805	5.308.360	5.412.239
Passivo	(4.962.950)	(5.671.282)	(5.855.270)	(4.759.805)	(5.232.152)	(5.228.353)
Taxa de Juros Pré - Reais	(4.962.950)	(5.671.282)	(5.855.270)	(4.759.805)	(5.232.152)	(5.228.353)
"Hedge" de Fluxo de Caixa	-	124.983	23.919	-	76.208	183.886

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

31/12/2023

Estratégias	Valor Referencial	Instrumentos de Hedge		Objetos de Hedge
		Valor da Curva	Valor de Mercado	Valor Contábil
Contratos de Swap				
Hedge de Captações	(4.962.950)	(5.671.282)	(5.855.270)	(6.131.457)

31/12/2022

Estratégias	Valor Referencial	Instrumentos de Hedge		Objetos de Hedge
		Valor da Curva	Valor de Mercado	Valor Contábil
Contratos de Swap				
Hedge de Captações	(4.759.805)	(5.232.152)	(5.228.353)	(5.403.474)

O efeito da marcação a mercado dos contratos de swap ativos está contabilizado no patrimônio líquido e corresponde ao valor de R\$(101.064) (31/12/2022 - R\$107.679) brutos e R\$(53.051) (31/12/2022 - R\$51.209) líquido dos efeitos tributários.

III) Instrumentos Financeiros Derivativos por Vencimento – Ativos

	Valor Referencial				
	31/12/2023				31/12/2022
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total	Total
Operações de Hedge	436.880	1.561.455	2.964.615	4.962.950	4.759.805
Total	436.880	1.561.455	2.964.615	4.962.950	4.759.805

IV) Instrumentos Financeiros Derivativos por Contraparte

Em 31 de dezembro de 2023 e em 31 de dezembro de 2022, o mercado de negociação das operações com derivativos é o mercado de balcão (operações que são incluídas em câmaras de registro, conforme regulamentação do Bacen).

V) Instrumentos Financeiros Derivativos por Mercado de Negociação

Em 31 de dezembro de 2023 e em 31 de dezembro de 2022, o mercado de negociação das operações com derivativos é o mercado de balcão (operações que são incluídas em câmaras de registro, conforme regulamentação do Bacen).

6. Outros Ativos Financeiros

O montante de R\$314.601 (31/12/2022 R\$306.035) da rubrica relações interfinanceiras é composto por créditos vinculados, representados na sua totalidade por depósitos em espécie efetuados no Bacen para cumprimento das exigibilidades dos compulsórios sobre depósitos a prazo, recursos de aceites cambiais e adicional sobre depósitos.

7. Instrumentos Financeiros - Análise de Sensibilidade

A gestão de riscos é focada em portfólios e fatores de riscos, conforme a regulamentação do Bacen e as boas práticas internacionais.

As informações foram produzidas com base no conteúdo dos sistemas produtos e da contabilidade, sendo que os cálculos foram realizados de acordo com as metodologias utilizadas pela Administração do Banco. Nesse sentido, os instrumentos financeiros são segregados nas carteiras de negociação e "banking", conforme efetuado no gerenciamento da exposição de risco de mercado, de acordo com as melhores práticas de mercado e com os critérios de classificação de operações e gestão de capital do Método Padronizado de Basileia do Bacen. Carteira de negociação consiste em todas as operações com instrumentos financeiros e mercadorias, inclusive derivativos, mantidas com intenção de negociação e a carteira "banking" consiste nas operações estruturais provenientes das diversas linhas de negócio do Banco RCI Brasil.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Para elaboração dos cenários da análise de sensibilidade, foram utilizados como referência: (i) informações da Curva Pré da taxa de juros básica (DI-Futuro), utilizado os valores diários obtidos no fechamento da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("B3") e (ii) Curva Cupom IPCA: utilizado as taxas de swaps da B3 e após 1 ano as *Yields* de NTN-B conforme divulgado pela ANBIMA (Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais) e também são subtraídas dessas *Yields* o valor do spread de NTN-B versus DAP (Contrato Futuro de Cupom de IPCA).

O Banco RCI Brasil efetua a análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros de acordo com a Instrução CVM 475/2008, considerando as informações de mercado e cenários que afetariam negativamente em suas posições.

O quadro resumo apresentado abaixo sintetiza valores de sensibilidade gerados pelos sistemas corporativos do Banco RCI Brasil, referente a carteira "*banking*", para cada um dos cenários da carteira. Em 31 de dezembro de 2023, não apresentava saldo na carteira de negociação.

Carteira "banking" Fatores de Risco	Descrição	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
Taxa de Juros em Reais	Exposições sujeitas à Variação de Taxas de Juros Pré e Pós -Fixadas	(471)	(10.476)	(20.936)
Total (1)		(471)	(10.476)	(20.936)

(1) Valores calculados com base nas informações consolidadas das instituições.

Cenário 1: uma situação considerada provável pela Administração. Com base nas informações de mercado, foram aplicados choques de 10 pontos base para taxa de juros.

Cenário 2: uma situação, com deterioração de 25% na variável de risco considerada.

Cenário 3: uma situação, com deterioração de 50% na variável de risco considerada.

8. Carteira de Crédito, Arrendamento e Provisão para Perdas

Os contratos de arrendamento são pactuados a taxas pré-fixadas e têm cláusula de opção de compra, renovação do arrendamento ou devolução ao final do contrato.

a) Composição Carteira de Crédito e Arrendamento

	31/12/2023	31/12/2022
Operações de Crédito:		
Financiamentos – Floorplan	520.502	939.113
Financiamentos - CDC Veículos	7.792.810	7.559.889
Operação de Arrendamento	9.165	57.633
Total	8.322.477	8.556.635

Composição Carteira de Crédito e Arrendamento por Vencimento

Carteira por Vencimento (parcela) - Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil	31/12/2023	31/12/2022
Vencidas	63.662	82.182
A Vencer:		
Até 3 Meses	1.337.584	1.747.699
De 3 a 12 Meses	2.862.337	2.621.014
De 1 a 5 Anos	4.051.385	4.100.458
Acima de 5 Anos	7.509	5.282
Total	8.322.477	8.556.635

b) Carteira de Créditos

	31/12/2023	31/12/2022
Operações de Crédito:		
Financiamentos – Floorplan	520.502	939.113
Financiamentos - CDC Veículos	7.792.810	7.559.889
Total	8.313.312	8.499.002

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Carteira por Vencimento (parcela) - Operações de Crédito	31/12/2023	31/12/2022
Vencidas	62.841	80.095
A Vencer:		
Até 3 Meses	1.333.070	1.732.779
De 3 a 12 Meses	2.858.744	2.591.143
De 1 a 5 Anos	4.051.148	4.089.704
Acima de 5 Anos	7.509	5.281
Total	8.313.312	8.499.002

c) Carteira de Arrendamento

	31/12/2023	31/12/2022
Investimento Bruto nas Operações de Arrendamento Mercantil	9.604	63.222
Arrendamentos a Receber	3.088	20.029
Valores Residuais a Realizar ⁽¹⁾	6.516	43.193
Rendas a Apropriar de Arrendamento Mercantil	(2.677)	(18.634)
Valores Residuais a Balancear	(6.516)	(43.194)
Depreciações Acumuladas	(121.809)	(255.652)
Superveniências de Depreciações	104.217	247.448
Perdas em Arrendamentos a Amortizar	147	778
Outros Valores e Bens	130	177
Imobilizado de Arrendamento	127.843	307.941
Credores por Antecipação de Valor Residual	(101.774)	(244.455)
Total da Carteira de Arrendamento a Valor Presente	9.165	57.635

(1) Valor residual garantido dos contratos de arrendamento mercantil, líquida de antecipações.

Carteira de Arrendamento por Vencimento

Carteira de Arrendamento a Valor Presente (parcela)	31/12/2023	31/12/2022
Vencidas	821	2.087
A Vencer:		
Até 3 Meses	4.514	14.920
De 3 a 12 Meses	3.593	29.872
De 1 a 5 Anos	237	10.756
Total	9.165	57.635

d) Carteira de Crédito e Arrendamento por Setor de Atividades

Setor Privado	31/12/2023	31/12/2022
Indústria	101.418	81.896
Comércio	916.448	1.252.590
Instituições Financeiras	1.049	608
Serviços e Outros	657.104	503.537
Pessoas Físicas	6.643.558	6.715.209
Agricultura	2.900	2.795
Total	8.322.477	8.556.635

e) Carteira e Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito sobre Carteira a Valor Presente Distribuída pelos Correspondentes Níveis de Risco (contrato)

Nível de Risco	% Provisão	Carteira de Créditos			31/12/2023		
		Mínima Requerida	Curso Normal	Curso Anormal ⁽¹⁾	Total	Requerida	Provisão Total
AA	-		324.736	-	324.736	-	-
A	0,5%		6.303.258	-	6.303.258	31.516	31.516
B	1%		812.694	139.263	951.957	9.520	9.520
C	3%		335.691	109.313	445.004	13.350	13.350
D	10%		37.471	45.612	83.083	8.308	8.308
E	30%		19.981	26.313	46.294	13.888	13.888
F	50%		2.413	25.318	27.731	13.866	13.866
G	70%		2.993	20.718	23.711	16.598	16.598
H	100%		17.225	99.478	116.703	116.703	116.703
Total			7.856.462	466.015	8.322.477	223.749	223.749

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

							31/12/2022
% Provisão			Carteira de Créditos			Provisão	
Nível de Risco	Mínima Requerida	Curso Normal	Curso Anormal ⁽¹⁾	Total	Requerida	Total	
AA	-	460.411	-	460.411	-	-	-
A	0,50%	6.322.163	-	6.322.163	31.611	31.611	31.611
B	1%	882.558	160.517	1.043.075	10.431	10.431	10.431
C	3%	194.982	133.659	328.641	9.859	9.859	9.859
D	10%	41.138	71.362	112.500	11.250	11.250	11.250
E	30%	19.050	43.477	62.527	18.758	18.758	18.758
F	50%	4.801	37.444	42.245	21.123	21.123	21.123
G	70%	3.658	25.627	29.285	20.500	20.500	20.500
H	100%	15.531	140.257	155.788	155.788	155.788	155.788
Total		7.944.292	612.343	8.556.635	279.320	279.320	279.320

(1) Composto por operações que incluem parcelas vincendas e vencidas há mais de 14 dias.

f) Movimentação da Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito

	01/01 a 31/12/2023	01/01 a 31/12/2022
Saldo Inicial	279.320	299.879
Constituição (Reversão)	169.363	167.609
Baixas	(224.934)	(188.168)
Saldo Final	223.749	279.320
Créditos Recuperados (1)	32.346	32.006

(1) Registrados como receita da intermediação financeira nas rubricas de operações de crédito e de operações de arrendamento mercantil.

No período findo em 31 de dezembro de 2023 o saldo das renegociações atingiu o montante de R\$250.458 (31/12/2022 R\$270.366).

9. Ativos e Passivos Fiscais**a) Ativos Fiscais Correntes**

Em 31 de dezembro de 2023, está representado por Impostos e Contribuições a Compensar no montante de R\$32.912 (31/12/2022 R\$2.140).

b) Ativos Fiscais Diferidos**b.1) Natureza e Origem dos Ativos Fiscais Diferidos**

	Origens		Saldos em		Saldos em	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2022	Constituição	Realização	31/12/2023
Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	520.205	546.990	246.146	86.722	(98.776)	234.092
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Cíveis	8.719	6.821	3.069	4.380	(3.526)	3.923
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais ⁽¹⁾	25.954	126.500	56.433	10.171	(54.925)	11.679
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas	11.747	10.394	4.677	1.508	(899)	5.286
Ajuste ao Valor de Mercado para Títulos para Negociação e Derivativos - IR/CS	-	-	-	591	(591)	-
Ajuste ao Valor de Mercado para Títulos para Negociação e Derivativos - Pis/Cofins	-	-	-	64	(64)	-
Ajuste ao Valor de Mercado para Títulos disponíveis para venda e hedges de fluxo de caixa - IR/CS	107.254	7.926	3.567	64.310	(19.613)	48.264

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Ajuste ao Valor de Mercado para Títulos Disponíveis para Venda e Hedges Fluxo de Caixa - Pis/Cofins	112.485	8.313	387	6.969	(2.125)	5.231
Participações no Lucro, Bônus e Gratificações de Pessoal	7.849	6.780	3.051	1.908	(1.427)	3.532
Outras Provisões Temporárias	63.118	72.539	32.643	4.107	(8.347)	28.403
Total dos Ativos Fiscais Diferidos sobre Diferenças Temporárias	857.330	786.263	349.972	180.731	(190.293)	340.411
Prejuízos Fiscais	8.393	-	-	1.679	-	1.679
Total dos Ativos Fiscais Diferidos	865.723	786.263	349.972	182.410	(190.293)	342.090

(1) Impacto na provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais decorrente da redução decorre dos efeitos da decisão desfavorável à discussão sobre a majoração da CSLL, vide nota 15.d.

Em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro 2022, o Banco RCI Brasil não possui ativos fiscais diferidos não contabilizados.

b.2) Expectativa de Realização dos Ativos Fiscais Diferidos

31/12/2023

Ano	Diferenças Temporárias			Prejuízos		Total
	IRPJ	CSLL	PIS/Cofins	Fiscais		
2024	62.988	50.390	1.744	1.679		116.801
2025	39.351	31.481	1.744	-		72.576
2026	40.524	32.419	1.744	-		74.687
2027	29.634	23.708	-	-		53.342
2028	13.714	10.970	-	-		24.684
Total	186.211	148.968	5.232	1.679		342.090

Em função das diferenças existentes entre os critérios contábeis, fiscais e societários, a expectativa da realização dos ativos fiscais diferidos não deve ser tomada como indicativo do valor dos lucros líquidos futuros.

b.3) Valor Presente dos Ativos Fiscais Diferidos

O valor presente total dos Ativos Fiscais Diferidos é de R\$289.671 (31/12/2022 - R\$300.888), calculados de acordo com a expectativa de realização das diferenças temporárias, prejuízos fiscais e a taxa média de captação projetada para os exercícios correspondentes.

c) Fiscais e Previdenciárias

As obrigações fiscais e previdenciárias compreendem os impostos e contribuições a recolher e valores envolvidos em processos judiciais e administrativos.

	31/12/2023	31/12/2022
Impostos e Contribuições a Pagar	35.509	21.257
Passivos Fiscais Diferidos	31.439	117.010
Provisão para Impostos e Contribuições sobre Lucros	-	57.191
Total	66.948	195.458

c.1) Natureza e Origem dos Passivos Fiscais Diferidos

	Origens		Saldos em		Realização	Saldos em
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2022	Constituição		
Ajuste a Valor de Mercado dos Títulos Disponíveis para Venda e Hedges de Fluxo de Caixa - IR/CS	10.796	110.569	49.756	5.103	(50.001)	4.858
Ajuste a Valor de Mercado dos Títulos Disponíveis para Venda e Hedges de Fluxo de Caixa - Pis/Cofins	11.323	115.961	5.392	553	(5.419)	526
Superveniência de Arrendamento Mercantil	104.217	247.448	61.862	-	(35.807)	26.055
Total	126.336	473.978	117.010	5.656	(91.227)	31.439

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

c.2) Expectativa de Exigibilidade dos Passivos Tributários Diferidos

31/12/2023

Ano	Diferenças Temporárias			Total
	IRPJ	CSLL	Pis/Cofins	
2024	6.111	720	176	7.007
2025	6.111	719	176	7.006
2026	6.111	719	175	7.005
2027	5.211	-	-	5.211
2028	5.210	-	-	5.210
Total	28.754	2.158	527	31.439

d) Imposto de Renda e Contribuição Social

	01/01 a 31/12/2023	01/01 a 31/12/2022
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações	222.960	308.162
Participações no Lucro	(4.240)	(3.688)
Resultado antes dos Impostos	218.720	304.474
Encargo Total do Imposto de Renda e Contribuição Social às Alíquotas de 25% e 20%, Respectivamente	(98.424)	(140.058)
Despesas Indedutíveis Líquidas de Receitas não Tributáveis	2.441	10.193
IRPJ e CSLL sobre as Diferenças Temporárias e Prejuízo Fiscal de Exercícios Anteriores	-	(9.822)
Juros sobre o Capital Próprio	41.040	42.780
Demais Ajustes, Incluindo Lucros Disponibilizados no Exterior e Efeitos da majoração da Alíquota de CSLL	2.248	3.544
Imposto de Renda e Contribuição Social	(52.695)	(93.363)
Impostos Correntes	(31.078)	(128.430)
Imposto de renda e contribuição social do período	(31.078)	(128.430)
Impostos Diferidos	(23.295)	35.067
Constituição/realização no período sobre adições e exclusões temporárias - Resultado	(23.295)	35.067
Constituição no período sobre:	1.679	-
Base negativa de Contribuição Social	1.679	-
Total dos impostos diferidos	(21.617)	35.067
Imposto de Renda e Contribuição Social	(52.695)	(93.363)

10. Outros Ativos

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Devedores por Depósitos em Garantia			
Para Interposição de Recursos Fiscais ⁽¹⁾	15.c	66.892	190.119
Para Interposição de Recursos Trabalhistas	15.c	630	628
Para Interposição de Recursos Cíveis	15.c	8.461	23.610
Valores a Receber de Sociedades Ligadas		47.248	21.770
Outros Valores e Bens e despesas antecipadas		43.080	43.301
Outros		6.068	3.126
Total		172.379	282.554

(1) Redução decorre dos efeitos da decisão desfavorável à discussão sobre a majoração da CSLL, vide nota 15.d.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

11. Imobilizado de Uso

			31/12/2023	31/12/2022
	<u>Custo</u>	<u>Depreciação</u>	<u>Residual</u>	<u>Residual</u>
Outras Imobilizações de Uso				
Instalações, Móveis e Equipamentos de Uso	2.714	(958)	1.756	1.296
Sistemas de Segurança e Comunicações	226	(121)	105	30
Sistemas de Processamento de Dados	827	(827)	-	33
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros	3.459	(1.068)	2.391	1.027
Total	7.226	(2.974)	4.252	2.386

12. Intangível

Refere-se a gastos na aquisição e desenvolvimento de logiciais - desenvolvimento de software externo no valor de R\$9.898 (31/12/2022- R\$9.898) como custo de aquisição e R\$7.496 (31/12/2022 - R\$6.634) de amortização acumulada.

13. Captação de Recursos

a) Depósitos

					31/12/2023	31/12/2022
	<u>Sem Vencimento</u>	<u>Até 3 Meses</u>	<u>De 3 a 12 Meses</u>	<u>Acima de 12 Meses</u>	<u>Total</u>	<u>Total</u>
Depósitos Interfinanceiros ⁽¹⁾	-	702.185	640.362	1.298.065	2.640.612	2.737.274
Depósitos a Prazo ⁽²⁾	-	106.846	106.851	43.478	257.175	332.794
Outros Depósitos ⁽³⁾	13.848	-	-	-	13.848	12.677
Total	13.848	809.031	747.213	1.341.543	2.911.635	3.082.745

(1) Inclui valor de R\$1.253.468 (31/12/2022 - R\$1.468.016) de Certificados de Depósitos Interfinanceiros - CDI objeto de "hedge" fluxo de caixa e possuem data de emissão entre 30 de novembro de 2020 até 25 de novembro de 2022, possuem prazo de vencimento entre 2024 e 2026.

(2) Incluiu o valor de R\$90.588 (31/12/2022 - R\$154.780) Compostos por Certificados de Depósitos Bancários (CDB) e possuem data de emissão entre até 2021 e 2023, possuem prazo de vencimento entre 2024 e 2026 com possibilidade de antecipação.

(3) Refere-se a pagamentos a maior das parcelas de financiamento de veículos realizados por parte de nossos clientes, disponíveis para resgate.

b) Recursos de Aceites e Emissão de Títulos

					31/12/2023	31/12/2022
	<u>Até 3 Meses</u>	<u>De 3 a 12 Meses</u>	<u>Acima de 12 Meses</u>	<u>Total</u>	<u>Total</u>	<u>Total</u>
Recursos de Aceites Cambiais ⁽¹⁾⁽³⁾	78.498	345.410	915.179	1.339.087	1.209.681	
Letras Financeiras ⁽²⁾⁽⁴⁾	369.988	1.288.508	3.652.661	5.311.157	4.414.888	
Total	448.486	1.633.918	4.567.840	6.650.244	5.624.569	

(1) São constituídas por títulos cambiais pactuados com taxas pós-fixadas. Possuem data de emissão entre 12 de janeiro de 2021 e 28 de dezembro de 2023, possuem prazo de vencimento entre 2024 e 2026.

(2) As principais características das Letras Financeiras são: prazo mínimo de dois anos e valor nominal mínimo de R\$ 50. Possuem data de emissão entre 26 de fevereiro de 2019 a 16 de outubro de 2023, possuem prazo de vencimento entre 2024 e 2027 sem possibilidade de antecipação e podem ser liquidadas somente após 24 meses decorridos.

(3) Em 31 de dezembro de 2023, inclui o valor de R\$198.574 (31/12/2022 - R\$237.606) de Letras de Câmbio - LC, objeto de "hedge" fluxo de caixa.

(4) Em 31 de setembro de 2023, inclui o valor de R\$4.514.800 (31/12/2022 - R\$3.734.105) de Letras Financeiras - LF, objeto de "hedge" fluxo de caixa.

Movimentação dos Recursos de Aceites e Emissão de Títulos

	31/12/2023	31/12/2022
Saldo no início do exercício	5.624.569	4.909.306
Emissões	2.274.369	2.302.316
Amortizações	(472.485)	(906.550)
Juros	(776.209)	(680.503)
Saldo no final do exercício	6.650.244	5.624.569

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

14. Outros Passivos

	31/12/2023	31/12/2022
Sociais e Estatutárias⁽¹⁾	80.113	201.322
Diversas	384.023	436.017
Provisão para Riscos Fiscais, Obrigações Legais, Ações Trabalhistas e Cíveis (Nota 15) ⁽²⁾	46.460	181.791
Taxas de Equalização e Subsídios de Taxas de Juros	236.101	163.212
Seguro Prestamista Financiamento Aymoré	105	5.722
Provisões com Despesas de Comissões	28.588	15.705
Provisões com Despesas Profit Share	31.741	8.487
Provisões com Campanhas de Publicidade	5.960	9.784
Outras	35.068	51.316
Total	464.136	637.339

(1) Saldo referente a deliberação de dividendos e JCP, corresponde a dezembro de 2022, conforme (nota 16b).

(2) Inclui os efeitos da decisão desfavorável do STF em relação à Majoração de Alíquota da CSLL (Vide nota 15).

15. Provisões, Passivos Contingentes, Ativos Contingentes e Obrigações Legais

a) Ativos Contingentes

Em 31 de dezembro de 2023 e em 31 de dezembro de 2022, não foram reconhecidos contabilmente ativos contingentes.

b) Saldos Patrimoniais das Provisões para Processos Judiciais e Administrativos e Obrigações Legais por Natureza

	31/12/2023	31/12/2022
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais (Nota 14)	25.994	164.576
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos (Nota 14)	20.466	17.215
Ações Trabalhistas	11.747	10.394
Ações Cíveis	8.719	6.821
Total	46.460	181.791

c) Movimentação das Provisões para Processos Judiciais e Administrativos e Obrigações Legais

	01/01 a 31/12/2023			01/01 a 31/12/2022		
	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis
Saldo Inicial	164.576	10.394	6.821	153.037	12.999	6.641
Constituição Líquida de Reversão e Atualizações Monetárias ⁽¹⁾	(5.443)	1.462	14.203	16.909	140	11.211
Pagamentos ⁽³⁾	(133.140)	(109)	(12.305)	(5.370)	(2.745)	(11.031)
Saldo Final	25.994	11.747	8.719	164.576	10.394	6.821
Depósitos em Garantia - Outros Créditos ⁽²⁾	66.892	630	8.461	190.119	628	22.756

(1) Riscos fiscais contemplam as constituições de provisões para impostos relacionados a processos judiciais e administrativos e obrigações legais, contabilizados em despesas tributárias, outras despesas operacionais e IR e CSLL.

(2) Referem-se aos valores de depósitos em garantias.

(3) Inclui os efeitos da decisão desfavorável do STF em relação à Majoração de Alíquota da CSLL (Vide nota 15d).

d) Processos Judiciais e Administrativos de Natureza Fiscal e Previdenciária

São processos judiciais e administrativos relacionados a obrigações tributárias e previdenciárias. Os principais processos são:

PIS e COFINS - R\$16.230 (31/12/2022 - R\$15.338): o Banco RCI Brasil ajuizou medida judicial visando a afastar a aplicação da Lei 9.718/1998, que modificou a base de cálculo do PIS e Cofins para que incidissem sobre todas as receitas das pessoas jurídicas e não apenas sobre aquelas decorrentes de prestação de serviços e venda de mercadorias. Antes da referida norma, já afastada

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

em decisões recentes do Supremo Tribunal Federal (STF) em relação às entidades não financeiras, eram tributadas pelo PIS e pela COFINS apenas as receitas de prestação de serviços e de venda de mercadorias.

Em 2023, entretanto, o STF decidiu o Tema 372 por meio de Repercussão Geral, e acolheu parcialmente o recurso da União Federal fixando a tese de que incide o PIS/COFINS sobre as receitas operacionais decorrentes das atividades típicas das instituições financeiras, de forma a terem sido constituídas as respectivas obrigações de PIS e COFINS.

Majoração de Alíquota da CSLL - R\$0 (31/12/2022 - R\$124.835): Mandado de Segurança visando afastar a majoração de alíquota da CSLL imposta pela Medida Provisória (MP) 413/2008, convertida na Lei 11.727/2008. As instituições financeiras estavam anteriormente sujeitas à alíquota de 9% para CSLL, entretanto, a referida legislação estabeleceu a alíquota de 15%, a partir de abril de 2008. Diante da ação judicial com trânsito em julgado, com sentença desfavorável ao Banco RCI, os valores referentes ao processo foram levantados.

e) Processos Judiciais e Administrativos de Natureza Cível

São ações judiciais de caráter predominantemente indenizatório e revisionais de crédito.

As ações de caráter indenizatório referem-se à indenização por dano material e/ou moral, referentes à relação de consumo, versando, principalmente, sobre questões atinentes a arrendamentos mercantis.

As ações revisionais referem-se a operações de arrendamento mercantil, através das quais os clientes questionam cláusulas contratuais.

As ações que não se enquadram no critério anterior são provisionadas de acordo com avaliação individual realizada, sendo as provisões constituídas com base no risco provável de perda, na lei e na jurisprudência de acordo com a avaliação de perda efetuada pelos assessores jurídicos.

f) Passivos Contingentes Fiscais e Previdenciárias, Trabalhistas e Cíveis Classificados como Risco de Perda Possível

O Banco RCI Brasil possui passivos contingentes classificados como risco de perda possível. A natureza das ações se assemelham as descritas nos itens "d" e "e", mas para as quais, pelas características individuais, foram avaliadas pelos assessores jurídicos como risco de perda possível, no montante aproximado de R\$41.012 para ações cíveis, R\$1.671 para ações trabalhistas e R\$272.443 para ações fiscais, sendo a principal ação fiscal, descrita no parágrafo abaixo (PIS/COFINS). (31/12/2022 - R\$69.458, R\$2.612 e R\$243.529, respectivamente).

PIS/COFINS – Auto de Infração - R\$131.519 (31/12/2022 - R\$126.968): Em março de 2018, a Receita Federal do Brasil lavrou auto de infração, visando a cobrança dos tributos de PIS e COFINS, referente ao período de agosto de 2013 a junho de 2016, sob alegação de supostas irregularidades na apuração da base de cálculo destes tributos, a saber: (i) não oferecimento à tributação de receitas operacionais apuradas na venda de bens do ativo não circulante; (ii) deduções de despesas não comprovadas; (iii) deduções de insuficiências de depreciação não comprovadas; (iv) apropriação de valores negativos de superveniência de depreciação não comprovados; e (v) não oferecimento à tributação de receitas de juros de mora no leasing. Atualmente, o processo administrativo aguarda decisão.

16. Patrimônio Líquido

a) Capital Social

Em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, o capital social no valor de R\$985.225 é composto por ações ordinárias e preferenciais, sem valor nominal, assim demonstrado (em unidade de ações):

	Ordinárias	Preferenciais	Total
De Domiciliados no País	80.784	80.556	161.340
De Domiciliados no Exterior	121.728	121.385	243.113
Total	202.512	201.941	404.453

b) Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio

Estatutariamente, estão assegurados aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido ajustado de cada exercício. Em virtude da Resolução CMN nº 4.885 de 23 de dezembro de 2020, o Banco deliberou o pagamento de juros sobre capital próprio e dividendos no montante equivalente a 30% do lucro líquido ajustado nos termos da legislação vigente. As ações preferenciais não têm direito a voto, mas conferem todos os demais direitos e vantagens concedidos às ações

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

ordinárias, além da prioridade na distribuição dos dividendos e adicional de 10% sobre os dividendos pagos às ações ordinárias e no reembolso do capital, sem prêmio, em caso de dissolução da Companhia.

	31/12/2023		
	Em Milhares de Reais		
	Bruto	IRRF	Líquido
Dividendos Intercalares ⁽¹⁾	10.555	-	10.555
Dividendos Intermediários ⁽²⁾	107.556	-	107.556
Juros sobre o Capital Próprio ⁽³⁾	91.200	(13.680)	77.520
Dividendos Intermediários ⁽⁴⁾	213.001	-	213.001
Total	422.312	(13.680)	408.632

(1) Deliberado na Assembleia Geral Extraordinário realizada em 28 de abril de 2023, cujo pagamento foi efetuado em maio de 2023.

(2) Deliberado na Assembleia Geral Extraordinário realizada em 28 de abril de 2023, a qual retificou a deliberação na Assembleia Geral Ordinária de 30 de dezembro de 2022, cujo pagamento foi efetuado em maio de 2023.

(3) Deliberado na Assembleia Geral Extraordinário realizada em 29 de dezembro de 2023, cujo pagamento se dará em até 60 dias.

(4) Deliberado na Assembleia Geral Extraordinário realizada em 30 de dezembro de 2022, cujo pagamento foi efetuado em maio de 2023.

c) Reservas Estatutárias

O saldo remanescente do lucro líquido do período foi destinado para a reserva para reforço de capital de giro, com a finalidade de garantir os meios financeiros para a operação da Companhia, limitada a 100% do capital social, podendo ser utilizada para futuros aumentos de capital.

d) Reserva Legal

De acordo com a legislação societária brasileira, 5% para constituição da reserva legal no período, até que a mesma atinja a 20% do capital. Esta reserva tem como finalidade assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital.

17. Partes Relacionadas

a) Remuneração de Pessoal-Chave da Administração

Na Assembleia Geral Ordinária (AGO) do Banco RCI Brasil realizada em 28 de abril de 2023, foi aprovado o montante global anual da remuneração dos administradores e para o ano foi fixado o valor máximo de R\$5.774 (2022 - R\$5.249). A Companhia é parte integrante do Grupo RCI Banque e do Conglomerado Santander e seus Administradores são remunerados pelos cargos que ocupam no Banco RCI Brasil e no Banco Santander.

a.1) Benefícios de Longo Prazo

O Banco RCI Brasil não possui programa de remuneração de longo prazo ao pessoal-chave da Administração ou a outras partes relacionadas.

a.2) Benefícios de Curto Prazo

	01/01 a 31/12/2023	01/01 a 31/12/2022
Salários e Honorários do Conselho de Administração e Diretoria Executiva		
Remuneração Fixa	2.158	1.951
Remuneração Variável	621	147
Outras	-	577
Total	2.779	2.675

Adicionalmente, no período findo em 31 de dezembro de 2023, foram recolhidos encargos sobre a remuneração da administração no montante de R\$740 (31/12/2022 - R\$888).

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

b) Operações de Crédito

O Banco RCI Brasil poderá efetuar transações com partes relacionadas, alinhadas com a legislação vigente no que tangem os artigos 6º e 7º da Resolução 4.693/18 CMN, o artigo 34 da Lei 6.404/76 "Lei das Sociedades Anônimas" e a Política para Transações com Partes Relacionadas.

São consideradas partes relacionadas do Banco RCI Brasil, em relação a cada uma delas, individualmente consideradas:

- I. Seus controladores, pessoas naturais ou jurídicas, nos termos do art. 116 da Lei das Sociedades Anônimas;
- II. Seus diretores e membros de órgãos estatutários ou contratuais;
- III. Em relação às pessoas mencionadas nos incisos (i) e (ii), seu cônjuge, companheiro e parentes, consanguíneos ou afins, até o segundo grau;
- IV. Pessoas naturais com participação societária qualificada em seu capital;
- V. Pessoas jurídicas com participação societária qualificada em seu capital;
- VI. Pessoas jurídicas em cujo capital, direta ou indiretamente, uma Instituição Financeira possua participação societária qualificada;
- VII. Pessoas jurídicas nas quais uma Instituição Financeira possua controle operacional efetivo ou preponderância nas deliberações, independentemente da participação societária; e
- VIII. Pessoas jurídicas que possuam diretor ou membro do conselho de administração em comum com uma Instituição Financeira.

c) Participação Acionária

O Banco RCI Brasil é uma joint-venture cujo capital pertence 60,11% à RCI Banque - empresa do Grupo Renault e 39,89% ao Banco Santander (Brasil) S.A. (Banco Santander).

d) Transações com Partes Relacionadas

As operações e remuneração de serviços com partes relacionadas são realizadas no curso normal dos negócios e em condições de comutatividade, incluindo taxas de juros, prazos e garantias, e não envolvem riscos maiores que os normais de cobrança ou apresentam outras desvantagens.

Abaixo estão demonstrados as principais transações e saldos com Pessoal Chave da Administração e demais partes relacionadas:

	Ativos (Passivos)		Receitas (Despesas)	
	31/12/2023	31/12/2022	01/01 a 31/12/2023	01/01 a 31/12/2022
Disponibilidades	8.541	28.426	-	-
Banco Santander(2)	8.541	28.426	-	-
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	54.024	127.084	19.831	17.467
Banco Santander(2)	54.024	127.084	19.831	17.467
Títulos e Valores Mobiliários - Carteira Própria	2.079.872	1.223.043	213.883	112.563
FIDC Venda de Veículos(6)	2.079.872	1.223.043	213.883	112.563
Operações de Crédito	3.123	6.367	36.418	73.247
Renault do Brasil S.A.(3)	636	1.796	8.541	23.508
Renault do Brasil Comércio e Participações Ltda.(3)	985	1.001	11.052	9.983
Nissan do Brasil S.A.(3)	1.503	3.570	16.824	39.756
Valores a Receber de Sociedades Ligadas(7)	49.543	21.716	199.695	135.658
Renault do Brasil S.A.(3)	30.187	13.301	104.112	94.620
Nissan do Brasil S.A.(3)	19.332	8.415	94.677	40.622
FIDC Venda de Veículos(6)	-	-	403	416
Administradora de Consórcio RCI Brasil Ltda.(5)	24	-	502	-

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

	(2.139.542)	(2.641.982)	(308.076)	(289.920)
Depósitos Interfinanceiros				
Banco Santander(2)	(2.139.542)	(2.641.982)	(308.076)	(289.920)
Recursos de Aceites Cambiais	(163.367)	(110.897)	14.439	30.127
Corretora de Seguros RCI Brasil S.A.(5)	(33.044)	(71.007)	4.126	18.845
RCI Brasil Serviços e Participações Ltda.(3)	(125.612)	(21.340)	8.722	9.294
Administradora de Consórcio RCI Brasil Ltda.(5)	(4.711)	(18.550)	1.591	1.988
Valores a Pagar a Sociedades Ligadas	(111.993)	(9.906)	(60.832)	(47.685)
Banco Santander(2)	(30.923)	-	(9.433)	-
RCI Banque(1)(2)	(46.597)	-	(934)	(10.582)
Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S.A.(1)(4)	(2.732)	(1.419)	(16.411)	(5.219)
Nissan do Brasil S.A.(3)	(31.741)	(8.487)	(34.054)	(31.884)
Outras Obrigações – Diversas	(55)	(44)	(2.134)	(2.159)
Pessoal Chave da Administração	-	-	(2.778)	(2.674)
Renault do Brasil S.A.(3)	(21)	(15)	249	305
Nissan do Brasil S.A.(3)	(34)	(29)	395	216
Santander Brasil Tecnologia S.A	-	-	-	(6)

(1) As despesas referem-se a despesas administrativas - convênio operacional.

(2) Controladores da Companhia (Nota 16.b).

(3) Coligadas da controladora RCI Banque.

(4) Subsidiária do controlador Banco Santander.

(5) Controladas da controladora RCI Banque.

(6) Fundos de Investimento dos quais o Banco RCI Brasil possui 100% das cotas.

(7) Valores registrados nas rubricas Rendas a Receber e Outros Créditos – Diversos.

18. Rendas de Tarifas Bancárias

	01/07 a 31/12/2023	01/01 a 31/12/2023	01/01 a 31/12/2022
Tarifas de Cadastro em Operações de Crédito	35.127	64.182	48.445
Outras	3.502	6.269	5.807
Total	38.629	70.451	54.252

19. Outras Despesas Administrativas

	01/07 a 31/12/2023	01/01 a 31/12/2023	01/01 a 31/12/2022
Serviços do Sistema Financeiro	9.081	17.644	17.447
Serviços Técnicos Especializados e de Terceiros	29.756	58.227	56.520
Propaganda e Publicidade	25.371	50.078	66.434
Convênio Operacional Aymoré Financiamentos	8.237	16.411	16.618
Convênio Operacional RCI Banque	835	934	3.100
Serviços de Processamento de Dados	18.897	24.981	13.864
Transportes e Viagens	1.375	3.137	2.114
Outras	3.422	8.919	10.887
Total	96.974	180.331	186.984

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

20. Outras Receitas Operacionais

	01/07 a 31/12/2023	01/01 a 31/12/2023	01/01 a 31/12/2022
Reversão de Provisões Operacionais	12.577	40.009	23.653
Atualização de Depósitos Judiciais	1.781	9.646	11.203
Atualização de Impostos a Compensar	120	2.504	6.745
Comissão de Permanência sobre Contratos em Atraso	11.035	20.229	14.904
Recuperação de Encargos e Despesas	30.443	62.051	55.926
Reversão de Provisão P/IRPJ E CSLL	-	2.590	15.337
Outras	644	915	638
Total	56.600	137.944	128.406

21. Outras Despesas Operacionais

	01/07 a 31/12/2023	01/01 a 31/12/2023	01/01 a 31/12/2022
Despesas com Comissões Comerciais e de Agenciamento	43.400	73.608	60.366
Provisões Operacionais			
Cíveis (Nota 15.c)	11.233	22.911	19.943
Fiscais (Nota 15.c)	2.803	6.007	4.683
Trabalhista (Nota 15.c)	2.129	3.460	5.788
Gastos com Cobrança de Contratos em Atraso	37.580	73.450	53.140
Despesas com Serasa e Serviço de Proteção ao Crédito (SPC)	1.131	3.208	2.875
Atualização Monetária Contingência Fiscal	1.177	7.862	14.283
Outras	2.827	4.610	2.924
Total	102.280	195.116	164.002

22. Resultado Não Operacional

	01/07 a 31/12/2023	01/01 a 31/12/2023	01/01 a 31/12/2022
Resultado com Bens não de Uso Próprio	295	715	1.744
Resultado de Capital	(736)	(812)	(181)
Resultado na Alienação de Ativos não Financeiros Mantidos para Venda	(83)	(333)	-
Total	(524)	(430)	1.563

23. Outras Informações

a) Em consonância à Resolução do CMN nº 3.198/2004, o Banco RCI Brasil aderiu ao Comitê de Auditoria único, por intermédio da instituição líder, Banco Santander.

b) As instituições integrantes do Conglomerado Financeiro Santander optaram pela constituição de estrutura única de gerenciamento de risco de crédito, que opera de acordo com a regulamentação do Bacen e as boas práticas internacionais, visando proteger o capital e garantir a rentabilidade dos negócios.

c) A apuração do Índice de Basileia aplicado ao Banco RCI Brasil é efetuada em conjunto com o Conglomerado Prudencial do Banco Santander.

Estas Demonstrações Financeiras, no que tange ao Gerenciamento de Riscos de Crédito e Apuração do Índice de Basileia, devem ser lidas em conjunto com as Demonstrações Financeiras Consolidadas do Banco Santander, referente ao período findo em 31 de dezembro de 2023, disponíveis no endereço eletrônico www.santander.com.br/ri.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente

Jean-Marc Marie Bernard Saugier

Suplente do Presidente

Rosano Ouriques

Conselheiros Efetivos

Cezar Augusto Janikian

Emilio López Andrés (aguarda posse)¹

Frédéric Schneider

José Luis Medina Del Río

Juliana da Cunha Assad (aguarda posse)²

Conselheiros Suplentes

Carlos Alberto Janz Junior (aguarda posse)³

Gustavo Bahia Gama Sechin

Mauricio Silveira Pinto

Murilo Azevedo Bruno

Ricardo Olivare de Magalhães

DIRETORIA

Diretor Presidente

José Luis Medina Del Río

Diretor de Relações Institucionais

Cezar Augusto Janikian

Diretor Administrativo Financeiro

Rosano Ouriques

Diretor de Risco

Carlos Alberto Janz Junior (aguarda posse)³

CONTADORA

Camilla Cruz Oliveira de Souza – CRC Nº 1SP – 256989/O-0

(1) A eleição do Sr. Emilio López Andrés aguarda a homologação pelo Banco Central do Brasil para que possa tomar posse de seu cargo.

(2) A eleição do Sra. Juliana da Cunha Assad aguarda a homologação pelo Banco Central do Brasil para que possa tomar posse de seu cargo.

(3) A eleição do Sr. Carlos Alberto Janz Junior aguarda a homologação pelo Banco Central do Brasil para que possa tomar posse de seu cargo.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Para fins de atendimento ao disposto no artigo 25, § 1º, inciso VI, da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) 480, de 7 de dezembro de 2009, os membros da Diretoria do Banco RCI Brasil S.A. declaram que discutiram, revisaram e concordam com as Demonstrações Financeiras da Companhia, relativas ao período findo em 31 de dezembro de 2023, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e os documentos que as compõem, sendo: Relatório da administração, balanços patrimoniais, demonstração dos resultados, demonstração dos resultados abrangentes, demonstração das mutações do patrimônio líquido, demonstração dos fluxos de caixa, demonstração do valor adicionado e notas explicativas, os quais foram elaborados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, conforme a Lei das Sociedades por Ações, as normas do Conselho Monetário Nacional, do Banco Central do Brasil de acordo com o modelo do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF) e demais regulamentação e legislação aplicáveis.

Membros da Diretoria da Companhia:

Diretor Presidente

José Luis Medina Del Río

Diretor Administrativo Financeiro

Rosano Ouriques

Diretor de Risco

Carlos Alberto Janz Junior (aguarda posse)³

Diretor de Relações Institucionais

Cezar Augusto Janikian

Curitiba, 27 de fevereiro de 2024.

(3) A eleição do Sr. Carlos Alberto Janz Junior aguarda a homologação pelo Banco Central do Brasil para que possa tomar posse de seu cargo

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes

Para fins de atendimento ao disposto no artigo 25, § 1º, inciso VI, da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) 480, de 7 de dezembro de 2009, os membros da Diretoria do Banco RCI Brasil S.A. declaram que discutiram, revisaram e concordam com as opiniões expressas no Relatório de Auditoria dos Auditores Independentes relativas ao período findo em 31 de dezembro de 2023, sobre as Demonstrações Financeiras elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e os documentos que as compõem, sendo: Relatório da administração, balanços patrimoniais, demonstração dos resultados, demonstração de resultado abrangente, demonstração das mutações do patrimônio líquido, demonstração dos fluxos de caixa, demonstração do valor adicionado e notas explicativas, os quais foram elaborados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, conforme a Lei das Sociedades por Ações, as normas do Conselho Monetário Nacional, do Banco Central do Brasil de acordo com o modelo do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF) e demais regulamentação e legislação aplicáveis.

Membros da Diretoria da Companhia:

Diretor Presidente

José Luis Medina Del Río

Diretor Administrativo Financeiro

Rosano Ouriques

Diretor de Risco

Carlos Alberto Janz Junior

Diretor de Relações Institucionais

Cezar Augusto Janikian

Curitiba, 27 de fevereiro de 2024.